FS		

Art. 1º O art. 2º da Portaria Presidência	a nº 97/2025 passa a vigorar com as seguintes alterações:
	"Art. 2°
	XI – Shynaide Mafra Holanda Maia, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB);
	XIII – Régis Aparecido Andrade Spíndola, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Socia representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na	data de sua publicação.
	Ministra I via Daharta Dawasa
	Ministro <b>Luís Roberto Barroso</b>
	PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 205 DE 04 DE JULHO DE 2025.
	Altera a Portaria Presidência nº 186/2024, que regulamenta o tratamento administrativo de incidentes por acesso indevido a sistemas gerenciados pelo Conselho Nacional de Justiça.
O PRESIDENTE DO CONSELHO NAO no processo SEI nº 06353/2024,	CIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o contido
DECOLVE:	
RESOLVE:	
Art. 1º O art. 6º da Portaria Presidência	a nº 186/2024 passa a vigorar com a seguinte alteração:
	"Art. 6°
	Parágrafo único. O cancelamento administrativo de novas ações ilegítimas, desconhecidas pelo(a usuário(a), deverá ser realizado pelo(a) respectivo(a) Gestor(a) do Sistema no CNJ, e, quando se tratar de ações nos sistemas SEEU ou BNMP, tal cancelamento deverá se realizar em conjunto com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) e/ou a Corregedoria-Geral de Justiça, sempre, em qualquer sistema, após a verificação e confirmação da ação ilegítima pelo(a) usuário(a) ou respectivo tribunal." (RN)
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na	data da que publicación

Ministro Luís Roberto Barroso

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 206 DE 08 DE JULHO DE 2025.